

O NEGRO EM SALVADOR: OS ATALHOS RACIAIS *

*Jeferson Bacelar ***

RESUMO: O autor tem como objeto de estudo o negro na cidade de Salvador desde as primeiras décadas do século XX até os dias atuais. Prioriza as matizes regionais do preconceito e da discriminação racial. A análise das estruturas de poder e das estratégias de controle estabelecidas pelo grupo dominante se apresentam como diretrizes para os estudos sobre o racismo.

A figura do negro se vê analisada através do binômio ação-reação, ou seja: como *vítima* e como *agente social ativo*, inserido na dinâmica da sociedade moderna. A cultura é abordada de forma a demonstrar sua interferência ideológica e política na construção da identidade social do negro em Salvador.

PALAVRAS-CHAVE: carnaval, racismo, controle social, identidade, resistência.

Introdução

A presença do negro na sociedade brasileira é marcada pela extrema privação das formas elementares de existência para grandes contingentes, desigualdade no mundo do trabalho e no consumo, bem como a presença constante do preconceito e discriminação racial. Porém, conforme iremos enfatizar, enfocando a cidade de Salvador, esses processos gerais são matizados por nuances e diferenças regionais, denotadoras do negro como portador de várias histórias na sociedade brasileira.

Pressupomos, por outro lado, que a sua condição histórica de dominado no Brasil, implícita a necessidade de um conhecimento das estruturas de poder e estratégias de controle estabelecidas pelos grupos dominantes na específica e peculiar sociedade regional. E quem domina dá o tom e caráter da ordem social estabelecida.

Entretanto, o negro não é "vítima indefesa" de um clamoroso destino histórico, mas um agente ativo nas formulações societárias. Se, por um lado, de forma mais rara, em instantes e circunstâncias as suas formas de resistência são abarcadas pelo binômio ação-reação, por outro, de forma contínua,

* Este trabalho foi apresentado originalmente na Universidade da Flórida, em Gainesville, na 25ª Conferência "Black Brazil".

** Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia.

elas se fazem num incessante processo de negociação, através de variadas estratégias e alternativas, na defesa de sua condição multifacetada de ser negro no Brasil.

1. O negro na Primeira República

Salvador sai da escravidão e do Império sem grandes alterações na ordem econômica e social. E assim permanece durante toda a Primeira República. Não se constitui uma nova ordem burguesa, não apresenta grande crescimento demográfico¹ e inexistem expressivos contingentes imigratórios estrangeiros². Os negros e mestiços – até hoje – são majoritários em toda a sua existência³.

A indústria existente é uma atividade em involução, com baixa capitalização, em grande dependência do setor mercantil.

Quem manda na economia da cidade é o alto comércio de exportação de nossos produtos primários, sobretudo o cacau, mas também o açúcar, o fumo, o sal, os couros; e o comércio grossista, importador de mercadorias de outros países ou estados brasileiros para atender às necessidades do consumo local.

Entretanto, o poder político permanece como um atributo das oligarquias rurais, mesmo quando os seus representantes são cidadãos⁴.

Sociedade estamental, onde as famílias tradicionais dos grandes proprietários, os comerciantes ricos, em grande parte de descendência européia, os altos funcionários e políticos vão compor o núcleo central, o estamento dominante. Exclusivamente formado por brancos e os raros mestiços que ali chegam consagram a regra embranquecendo-se.

No outro extremo da sociedade, o povo, em grande parte a massa trabalhadora, negra, a formar a "gentinha", a "arraia-miúda".

Entre os mesmos, um estamento intermediário que envolve os pequenos e médios comerciantes, os profissionais liberais, os funcionários públi-

1 Salvador tinha em 1890, 174.412 habitantes; em 1900, 205.813 habitantes; em 1920, 283.422 habitantes; em 1940, 290.443 habitantes. Fonte: *Sinopse estatística do Brasil 1972*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.

2 O censo de 1920 registra a presença de apenas 7.763 estrangeiros em Salvador. Fonte: *Recenseamento do Brasil 1920*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, vol. IV, 5ª parte, tomo 1.

3 No recenseamento de 1872 os não-brancos constituíam 68,9% da população de Salvador. Em 1940, segundo o *Censo Demográfico* (Rio de Janeiro: IBGE, Série Regional, volume XX, tomo 1, Estado da Bahia) os não-brancos permaneciam com 66,2% da população da cidade.

4 TEIXEIRA, Cid. *As oligarquias na política baiana*. IN: LINS, Wilson et alii. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: UFBa, Ianamá, 1988, pp. 29-59.

cos, os empregados no comércio, com muitos mestiços, identificados virtualmente pela lealdade e solidariedade aos grupos dominantes.

Existe mobilidade social e em geral a ascensão é possível no próprio estamento, porém, torna-se quase impossível penetrar no estamento superior. As distâncias, hierarquicamente definidas, são respaldadas pelas expectativas de tratamento e de comportamento tradicionais emanadas dos grupos dominantes.

E são eles que estabelecem o poder privado, suplantado ou confundido-se com a ordem pública, aparecendo as relações pessoais como elementos básicos na sedimentação do poder, relações onde desponta o favor e a concessão, em troca de subserviência e extensão desigual do poder, a caracterizar as hierarquias e os controles estabelecidos pelos "donos do poder"⁵.

Assim, não obstante o trabalho livre, o trabalhador é contratado não apenas por sua qualificação profissional ou capacidade de trabalho, mas sobretudo por sua condição pessoal, moral⁶. Ele deve ser "obediente", moderado e de bons costumes".

As formas de remuneração são sempre mistas – dinheiro, mais comida, casa, empréstimos, etc – a referendar o primado das relações pessoais.

É esta sociedade que Donald Pierson chega a relembrar, por sua ordem e estabilidade, a Europa medieval (uma pena que não tenha visto os Senhores Feudais)⁷. E os grupos dominantes não querem mudanças.

Ainda no calor das festas ou no secar das lágrimas com a Abolição, o Presidente da Província em 16 de maio já propõe a criação da Sociedade Treze de Maio – prontamente aceita –, a qual, excetuando a escola instalada e para formar os homens de "bons costumes" e que chega a abrigar 197 alunos – estabelece as seguintes prerrogativas:

- 1) quem define a remuneração ou forma de retribuição da força de trabalho é o ex-Senhor;
- 2) o ex-escravo deve cumprir o contrato (em geral verbal) com o seu empregador mesmo sendo uma simples reprodução das relações escravistas;

5 Sobre o assunto, ver: DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliense, vol. 172), 2ª edição, 1966. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 13ª edição, 1979, pp.48-49. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato Brasileiro I*, 7ª edição, Rio de Janeiro: Globo, 1987, pp. 171-203.

6 COSTA PINTO, L.A. *Recôncavo laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958, p. 112.

7 PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliense, v. 241), 1971, p. 97.

3) caso não queira se sujeitar aos contratos de trabalho, será enquadrado criminalmente como vagabundo, na vadiagem⁸.

A ordem social é mantida, sem maiores alterações, com a preservação da ótica paternalista, a ordem privada definindo as relações de trabalho e o apoio do poder público para o exercício da coação.

Com a República, mais de um ano após a Abolição, têm início mudanças na estrutura de poder, com nítidas repercussões na massa trabalhadora. A ampliação do direito de voto, propicia a multiplicidade de facções partidárias, representantes dos interesses dos grupos dominantes. E serão as lutas entre os grupos dominantes que gerarão um clima de efervescência política na cidade, com cada uma das tendências partidárias, tentando formar bases de apoio nos setores até então excluídos das disputas⁹.

Só que esta mobilização do "povo", não obstante os desdobramentos até mesmo inesperados, antes de propiciar a representatividade das categorias subalternas, ela sedimenta as estruturas estabelecidas. O clientelismo político, uma extensão no âmbito público da ordem privada e das relações pessoais, divide a massa trabalhadora, impossibilitando a constituição, no estrito senso, de formas organizadas e autônomas de participação no mundo da política.

Evidencia-se, portanto, o controle e manipulação geral no âmbito público, que se estende às relações de trabalho, na medida em que o texto constitucional de 1891 estabelece o contrato como livre, cabendo apenas ao Estado assegurar o seu cumprimento.

Evidentemente, este amplo processo de dominação sobre a massa trabalhadora atingia os negros. Entretanto, sendo eles maioria demográfica na cidade e entre os trabalhadores, com exemplos assustadores de revoltas no passado, tornava-se fundamental para os grupos dominantes impedir a sua organização societária.

Com a Abolição e a República, o racismo já é um componente "natural" da sociedade, com suas práticas discriminatórias inoculadas na estrutura social, constituído em princípio básico de sua estratificação. Se, com a Abolição, nada acontece em relação à questão racial, com a República, modifica-se a situação. A partir daquele momento, o negro teria direitos e

8 *Falla com que o Exmo. Sr. Des. Aurélio Ferreira Espinheira 1º vice-Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 27ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 3 de abril de 1889. Bahia: Typographia da Gazeta da Bahia, 1889, p. 118.*

9 SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia - Primeira República (1889 - 1930)*. Salvador: Assembléa Legislativa/UFBA, 1985.

deveres como qualquer um perante a lei e a sociedade, devendo a sua condição de igual ser resguardada por todos, cabendo inclusive aos grupos dominantes proteger e sacralizar a sua nova situação no mundo social. E isto é efetivado com propriedade e eficácia: indignando-se com a violência policial "contra um pobre velho", reagindo ao voto de Epitácio Pessoa na Conferência de Paris pela desigualdade das raças; incentivando protestos contra a situação racial americana; dizendo que racistas são os outros, os estrangeiros da cidade¹⁰. Começa a formular-se a democracia racial à brasileira.

Entretanto, no que tange ao cotidiano, à vivência de negros e brancos da e na cidade do Salvador, onde as condutas racistas estão internalizadas em todos os segmentos da cidade, é elaborado um "pacto de silêncio". Em nenhum instante se discute a situação do negro no mercado de trabalho, onde ocupa as posições mais aviltadas, nem tampouco que lhes é vedado o acesso a certas categorias profissionais não requerentes de maior qualificação profissional, como é o caso do trabalho como "caixeiro" nas principais lojas e casas comerciais da cidade. Não se trata da segregação nos espaços públicos, expressamente delineada no âmbito do lazer. Não se retratam as formas desiguais de tratamento e relacionamento – com toda a cordialidade, evidente, desde quando o negro se "assuntas-se", ficasse no seu lugar" – entre negros e brancos.

Entretanto, diante desse quadro dramático de acomodação, numa sociedade com estratégias consolidadas de dominação, qual a situação do negro e os mecanismos utilizados para a sua afirmação em Salvador?

De acordo com os dados sobre ocupação dos cemitérios de Salvador em 1892 e os levantados por Donald Person em 1936, a tônica geral é uniforme, não obstante reflitam momentos históricos distintos. Em ambos o negro se insere nas categorias mais baixas da estratificação ocupacional e, de forma generalizada, em atividades em grande parte dependentes da força física ou com pequeno nível de especialização.

Numa sociedade que os discriminava abertamente na estrutura social e ocupacional, avocar a questão racial seria uma afronta à ordem social que os considerava "iguais" com conseqüências incontrolláveis: o caminho seria outro.

Para o negro, como empregado, o roteiro seria a aceitação das formas variadas de sujeição, construindo inclusive a figura do "bom trabalhador". E muitos o fizeram, atingindo sob a proteção dos "donos do poder", uma certa estabilidade ocupacional e econômica. Todavia, outros tantos rejeitaram tal postulado.

10 BACELAR, Jeferson. *A presença espanhola na Bahia. Os galegos no "paraíso racial" 1900-1950*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

O caráter disciplinar e de subserviência dos padrões vigentes nas relações de trabalho conflitava com o desejo de autonomia do negro, com o exercício político de sua liberdade. E, ainda mais, ele sabia que muito pouco ganhava no tempo e esforço dedicado ao trabalho que produz riqueza para os outros. Por sua vez, o negro já tinha a experiência de libertos que, através do trabalho autônomo, por conta própria, tinham conseguido amearhar razoável patrimônio.

Nos quadros ocupacionais citados, já se configura uma das estratégias essenciais do negro no mundo do trabalho: a inserção em atividades que possibilitavam o regime de trabalho autônomo. No setor primário, no trabalho nas roças e no mar, no setor secundário nas atividades artesanais e nos ofícios, no setor terciário, no comércio ambulante, no transporte de mercadorias e serviços domésticos.

E serão nestas atividades – vitais para a economia da cidade (o caso do transporte de mercadorias) ou da existência do estamento superior (que não trabalha) – que o negro imprimirá sua régua e seu compasso, criando seu próprio ritmo e tempo concedido à produção. Evidentemente isto conflitava inteiramente com a lógica disciplinar que os patrões, os senhores, gostariam que fosse imprimida ao trabalho. Pior, estendia-se para as fábricas, as casas comerciais e o serviço público.

Contra a eficácia, o atraso ou o absentéismo; contra a produtividade, a demora no fazer; contra a submissão, a silenciosa autonomia comportamental.

A formulação política, a forma de resistência, sem confrontos, estabelecida pelo negro perante o mundo do trabalho e dos brancos, é utilizada para lhe conferir mais um atributo negativo: a preguiça¹¹.

E será do trabalho autônomo, conforme constatamos no levantamento que estamos realizando nos *Inventários e Testamentos*¹² do período, que emergirá a possibilidade de acumulação de capital e patrimônio, embora limitados, óbvio. Escusado é dizer o significado das mulheres negras na constituição das famílias e capitais, por sua participação no mundo do traba-

11 O estereótipo do "baiano preguiçoso" construído pelas elites baianas, é hoje um dos argumentos da propensão separatista vigente no Sul do país. O psicólogo Emir Calluf, disse que "após 98 anos da Abolição da Escravatura (na Bahia) não mudou nada, até se deterioraram o estado dos pretos, que prosseguem na indolência, na orgia, na malandragem e na simples tarefa animal de se reproduzirem". *A Tarde*. Leitura e Informação, 27/09/92, p. 7.

12 *Inventários e Testamentos*. Seção Judiciária. Arquivo Público do Estado da Bahia. De certa forma, referendamos a hipótese estabelecida por Maria Brandão da relação entre as condições econômicas do negro nessa fase e a vitalidade de sua cultura. BRANDÃO, Maria de Azevedo. "Conversa de branco; questões e não-questões da literatura sobre relações raciais" IN: *Revista Vozes. O Negro e a abolição*. São Paulo, abril de 1979, nº 3.

lho. Portanto, será do tempo e das economias advindas da "cultura do trabalho" que o negro manterá vivo na sociedade um campo simbólico, interativo e dinâmico.

Um mundo negro, nos candomblés, no carnaval, nas festas religiosas e profanas, na culinária, na medicina popular, uma cosmologia, formas de tratamento e solidariedade, samba e capoeira e a matrifocalidade familiar.

Entretanto, embora significativos na construção do "mundo negro", ao tempo livre e ao dinheiro deve ser adicionado um elemento de reforço, essencial: a política cultural dos grupos dominantes.

O estamento superior buscou exasperadamente a identificação com a cultura européia. Por mimetismo, pra não dizer "macaquice", eram copiadas modas e modos da Europa, para se dizer parte do ocidente avançado, inclusive afastando como modelo a nossa matriz básica, os portugueses. Evidentemente era uma cultura ornamental, "fora de lugar" inteiramente inadequada à totalidade dos grupos que compunham a nossa sociedade. Entretanto, é preciso que se atente que ela foi adotada não apenas pela dependência que possuímos em relação aos valores europeus, nem tampouco que ela viesse a se constituir em repertório comum da sociedade. A europeização representava sobretudo a consagração das distâncias sociais, via cultura. Evidentemente, isto significa que, desde quando os negros não quebrassem os padrões vigentes comportamentais e não expusessem suas práticas abomináveis, poderiam no recôndito de seus espaços fazer o que quisessem. E isto permite, abre um grande espaço para a formulação autonômica de um mundo negro baiano, com raízes na África.

Um mundo cultural paralelo que ecoa pela cidade, forjado na luta pela sobrevivência, plasmado na resistência à discriminação e mesmo à repressão, com aparente acomodação, negociação e muitas vezes o silêncio.

2. O negro na sociedade moderna

A partir da década de 50 e sobretudo nos anos 60, assistimos a uma completa transformação da nossa sociedade, com nítidas repercussões sobre a vida dos negros em Salvador.

A nova industrialização, uma extensão do desenvolvimento industrial do Sudoeste, iria provocar profundas mudanças na cidade e no seu espaço.

As modernas empresas instaladas no Centro Industrial de Aratu e posteriormente no Complexo Petroquímico de Camaçari, com grande concentração de capital e voltadas para a produção de bens intermediários, tornam-se o polo dinâmico da economia regional.

Com o desenvolvimento industrial, moderno, demandamente de superabundância de força de trabalho, transforma-se de forma radical a demografia da cidade, com o afluxo de grandes contingentes da zona rural.

Os modos alternativos de produção são esmagados – embora persistam pela nova industrialização e serviços modernos – tornando-se o trabalho por conta própria, no máximo, um expediente de sobrevivência. Ressalte-se, cada vez mais utilizado.

O emprego já não pode ser rejeitado nem mantida a "cultura do trabalho"; afinal, já tinha muita gente para disputar as limitadas vagas.

Processa-se, por sua vez, a alteração do traçado urbanístico, com significativa expansão da cidade e a "periferização" avassaladora, sem os mínimos requisitos em termos de serviços e habitabilidade para os contingentes pobres. A cidade é envolta em um grande cinturão de pobreza.

A cidade estrutura-se em classes, com uma burguesia local identificada com interesses nacionais e internacionais; as classes médias e a nova classe operária (vinculada ao polo dinâmico da economia) relacionadas com a perspectiva da ascensão social e econômica; e as classes trabalhadoras urbanas, não incorporadas ao polo afluentê da economia, nutridas por um sentimento e prática de pertencimento a um grupo de co-habitantes de uma região social, ou seja, a condição de trabalhadores pobres.

A burguesia local é formada de brancos e mestiços claros; negros e mestiços aparecem nas classes médias e no novo operariado, entretanto, com os negros ocupando em geral os postos menos valorizados e, por sua vez, os negros são maioria entre os trabalhadores urbanos¹³.

Portanto, na sociedade moderna de Salvador é mantida a discriminação racial sobre o negro, com a sua "periferização" espacial, econômica e social, aguçada velozmente nesses "tempos coloridos de primeiro mundo". Todavia, a partir da introdução de novos focos dinâmicos na economia da cidade, altera-se a formulação sobre as relações raciais.

Os indivíduos são categorizados de acordo com as suas posições face às relações de produção e participação no consumo, bem como, pela posição histórica dos diversos grupos a que pertencem no contexto da sociedade baiana. Objetivamente, para os grupos dominantes e as categorias sociais ascendentes, o ser negro permanece vinculado às posições mais baixas da sociedade e, por sua vez, identificados negativamente através de imagens, estereótipos, expressões.

13 GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "Les classes et leurs couleurs à Bahia" IN: *Cahiers d'Études africaines*, 125 XXXII – 1, 1992.

Porém, antes que contraditoriamente, de forma articulada e legitimadora é reforçado o mito da democracia racial. A sua manutenção tem como base um antigo fator, dotado de nova função, ou seja, a expressividade numérica da população negra. Destarte, os negros se afiguram como elementos fundamentais à manutenção e ao incremento das relações capitalistas de produção. Estas, com seus "sutis" mecanismos de seleção no mercado de trabalho, não apresentam razões que justifiquem manifesta discriminação. Correlacionado com este aspecto, atenta-se para o perigo que o acirramento da contenda racial poderá provocar no seio da sociedade baiana.

Os aparelhos ideológicos do estado, em sua múltipla difusão, enfatizam a igualdade das relações entre indivíduos e grupos distintos, promovendo a imagem idealizada da sociedade baiana. Identificam-na como um modelo de convivência racial e de humanismo, fazendo a sua promoção a nível nacional e internacional.

Associada à democracia racial afirma-se a democracia cultural, possibilitando aos negros cultivar a sua herança africana. A celebração, a exaltação da África e do negro estrangeiro, tão ao gosto da intelectualidade baiana, enfatizam, como contraponto, a igualdade cultural entre as raças em Salvador. Quais os mecanismos, nesse novo momento histórico, para a afirmação do ser negro em Salvador?

Tentativas foram efetuadas no campo político e todas as candidaturas que se pautaram em um discurso de natureza racial, redundaram em fracasso. A sua participação, na condição de negro, no novo movimento sindical, esbarra no corporativismo orientado para melhores salários e privilégios para os trabalhadores organizados.

O próprio movimento negro, por ser composto de um setor que ascendeu socialmente e perspectiva intelectualizante, não atrai a massa negra pobre e em grande parte analfabeta. Mais ainda, a visão polarizada do movimento em relação à situação racial baiana – negros e brancos –, além de uma postura radical de atuação, implica na redução da identidade social à raça, o que afasta muitos negros das suas práticas e vivências cotidianas.

Os movimentos sociais urbanos, por sua vez, vinculados a reivindicações para a satisfação de suas necessidades imediatas e básicas de sobrevivência, têm no problema racial uma questão secundária.

Assim, conforme podemos observar, os espaços estavam – e permanecem – fechados para a afirmação do ser negro. Entretanto algo ficara vivo, tinha bases firmes, atravessara a escravidão, vencera a reação por mais de 40 anos e mesmo com as "novas tecnologias" estava aí: a história vivida e contada no seu imaginário social, em grande parte plasmada na cultura, tendo como eixo central o candomblé.

Desta forma, a partir de 1970, os negros elaboraram uma nova proposta para o carnaval, revivendo de forma contemporânea os antigos afoxés. Assim, nasce o Ilê-Aiyê, como uma forma de reação ao carnaval-branco e com uma proposta de celebrar os valores da cultura negra nacional e internacional. Aparece num grande bairro de trabalhadores urbanos, a LIBERDADE, com uma população com enorme contingente de negros, "tendo o candomblé nas suas portas".

O sentido de pertencer dos trabalhadores urbanos negros plasmado na região ganha o componente racial, através do novo bloco.

A cultura torna-se ideologia e política na construção da identidade social do negro em Salvador. O seu poder de atração é enorme, pela aproximação com a vivência cotidiana dos segmentos negros. De forma dinâmica, as raízes africanas inventadas são revividas nas trancinhas, nas argolas, nas roupas, nas músicas, criando um sentimento de negritude, com um referencial identificador.

A partir do Ilê, criam-se outros afoxés e blocos-afros na cidade, com as suas variações, mas mantendo a perspectiva da negritude.

É na década de 80, porém, que se afirma a sua primazia entre os negros, com vertiginosa expansão na cidade. A afirmação da negritude espalhou-se por todo o corpo social. A vaidade e o orgulho de ser negro, bem como a criação de determinados "espaços de negros", como a Liberdade e o Pelourinho, "invadem" a cidade do Salvador.

Em sua maioria jovens, eles estavam juntos, tinham força, capacidade de identificar-se como grupo. Já não precisavam afastar-se de sua cor, já possuíam os seus espaços, já admitiam a possibilidade do exercício da cidadania como negro.

Entretanto, além destes aspectos singulares, extremamente positivos da cultura na afirmação do ser negro em Salvador, torna-se indispensável ver o outro lado da história.

Ao contrário do passado, a produção cultural no capitalismo tendo como eixo a economia, atende a uma lógica expansionista e padronizadora, com uma definida natureza política.

A cultura dos grupos dominantes, assim, não apenas mantém a supremacia, mas atravessa todo o corpo social buscando o seu direcionamento e controle. A sua autoridade e capacidade de disseminação – gostos, estilos de vida, modas, valores – é reiterada por intermédio de medidas estatais do próprio governo, que procura controlar o mercado de bens simbólicos.

Se, no passado, na primeira fase, não podemos esquecer o papel impositivo da cultura dos grupos dominantes em relação aos grupos subalternos, agora, ela aparece como elemento totalizador e coercitivo.

Porém, o caráter da dominação não implica necessariamente, e isto é flagrante no caso dos negros baianos, na ausência de criatividade nas culturas populares. Vale ressaltar, que as gritantes desigualdades e discriminações em relação aos grupos em Salvador, torna a sua cultura, sobretudo pelas raízes e bases firmes na sua vivência, uma espécie de "resposta" à maneira de ser dos brancos. Relacionada e participando de um conjunto de que constitui parte integrante, reforça-se a cultura negra sob o prisma do contraste, como modo alternativo a sua experiência social.

Deslocado torna a discutir questões como "autenticidade", "pureza", "originalidade"; o que importa é entender como os elementos culturais advindos de outras matrizes e grupos, se incorporam à realidade do negro e a seus valores. Por exemplo, enquanto nas primeiras décadas da nossa República as camadas superiores eram as virtuais importadoras de traços estrangeiros, hoje, pela enorme expansão dos meios de comunicação, as influências exteriores penetram a fundo nas categorias subordinadas, entre os negros. O fundamental a se compreender é que estes elementos – latinos, americanos, africanos – se incorporam e "funcionam" adequadamente na cultura dos negros da Bahia.

Em Salvador, diante da expansão criativa dos negros, os grupos dominantes apropriam-se do seu referencial, atribuindo-lhe novo sentido. Os intelectuais são substituídos pelas novas formas de disseminação da cultura, a mídia, na mercantilização do exótico, do diferente. A produção cultural dos negros, sobretudo a música e a dança são transformadas em "retrato da baianidade" e inseridas no circuito capitalista de consumo de bens simbólicos transmutados em mercadorias.

O ano de 1993 foi a consagração nacional e internacional do carnaval baiano, com os diversos canais da mídia explorando a sociedade diferente, exótica, a "axé-music", a "timbalada" e o "canto da cidade" de sua musa – "a branca mais neguinha da Bahia" como ela própria se intitulou na televisão – Daniela Mercury.

Definindo o carnaval como um produto basicamente negro, alicerçou-se a perspectiva da festa igualitária, a *expressão extraordinária* da democracia racial e cultural.

Na realidade, a valorização mítica, romantizada da cultura negra como produto, tem atingido vários propósitos, entre outros, a segregação racial e a ausência de alterações na posição dos negros na estrutura de classes.

No carnaval de Salvador, ao contrário da leitura do mundo diário de nossas vidas onde somos desde a década de 30, livres e iguais, se estrutura um sistema altamente preocupado com as gradações e hierarquias.

A própria organização oficial do desfile pauta-se em linhas marcantes de distinção social articuladas com o critério racial na formação de grupos:

de um lado, "os blocos de trios" (popularmente conhecidos como blocos de "barões", de "brancos"); do outro, os blocos dos pobres e negros, ou seja, os afoxés, os blocos-afro, os blocos de índios, etc. São estabelecidas gradações sociais internas na estruturação de cada grupo e formas separadas de participação na composição global do desfile.

Todos juntos no maior carnaval – participação do mundo, mas efetivamente "cada qual no seu cada qual". Inexiste interação societária entre os grupos, sendo as *cordas* o marco físico de cada fronteira. Diante da afirmação do negro no carnaval, por sua vez, as classes média e alta, auto-identificadas como brancas, reagem estabelecendo critérios rígidos de discriminação social e racial para a participação nas suas organizações. Quanto mais os valores negros ganham dimensão no carnaval, mais são sedimentadas as marcas distintivas, que envolvem desde a condição fenotípica, posição econômica, rede de relações, hábitos e comportamento, local de moradia, para a inserção no "grupo dos brancos". Para alicerçar ainda mais as fronteiras procuram dar realce ao sentido de "segurança intramuros", pela distingüível barricada de proteção (nas cordas)... de negros.

Difícil, enquanto o negro afirma a sua negritude, o branco não quer "mistura". Enfim, no carnaval exterioriza-se, de forma pungente, a posição dos negros na hierarquia social e, por sua vez, temos a expressão marcante da construção dos "muros brancos", com grupos identificados social e racialmente.

A festa, o carnaval segundo nossa concepção, não é um momento extraordinário, mas a exacerbação do ordinário que torna visível o destino de nossa sociedade. A "cara do negro na tela" e a apropriação de espaços – ressaltado, desvalorizados socialmente – consagrados à celebração do mundo negro, tem gerado como resposta, "com toda cordialidade", por parte dos brancos, a perspectiva da "homogeneidade racial", no espaço e no mundo social. É uma realidade, a presença de condomínios e áreas residenciais isoladas da "impureza" advinda da sociedade envolvente e, por sua vez, a separação nos ambientes sociais, nos restaurantes, praias e outras formas de convivência. Não estamos caminhando para um "apartheid à baiana"?

Por sua vez, a transformação da cultura negra em produto da indústria cultural tem um grande impacto sobre os negros. Ela desenvolve a seleção, a escolha de grupos e indivíduos para a inserção e ascensão no mundo artístico e cultural, gerando cisões e disputas na comunidade negra em função do acesso ao mercado capitalista de bens simbólicos. O *status*, o prestígio de indivíduos e blocos começa a ser mensurado pela sua aceitação, pelo estágio de cooptação no mundo dos dominantes.

Entretanto, um problema mais grave emerge do atual momento baiano, ou seja, a perspectiva entre os negros da supervalorização da limitada econo-

mia que nasce da cultura, confundindo-a com a participação do negro no mercado de trabalho. A questão é que, além da escassa participação da força de trabalho no mundo cultural, verifica-se a reafirmação e consagração das características "naturais" do negro. Reiteram-se, a nível dos grupos dominantes, a estigmatização e a tentativa de sacralizá-lo como homem incapaz de razão e elemento justificador da sua não-mobilidade e ascensão na sociedade e no mundo do trabalho.

Portanto, a cultura é vida e perigo, força e tentação, porém, quem conheceu a Salvador dos anos 50 e 60, quando o "negro estava em seu lugar", sabe os avanços que ela proporcionou e o significado de poder dizer-se negro. Ela foi, e é, o atalho do negro na construção da sua condição racial em Salvador. Como eu disse em outro trabalho, o que virá, só Deus o sabe, aliás Ogum, mas temos a certeza, muitos já abriram os caminhos para não aceitar a cozinha e o quarto dos fundos.

ABSTRACT: The author studies the black population in the city of Salvador since the first decades of the 20th century until the present days, emphasizing the regional viewpoint of prejudice and racial discrimination. The power structure and methods of control established by the dominant social group outline the study of racism.

The black person is analyzed through the binomial action-reaction, that is: as *victim* and as an *active social agent* inserted in the dynamics of modern society. Culture is illustrated in such a way as to demonstrate its ideological and political interference in the formation of a social identity of the black in Salvador.

KEY-WORDS: Carnival, racism, social control, identity, resistance.